

# REFLEXÕES DE UM HISTORIADOR EM CONSTRUÇÃO. POR UMA LEITURA DOS FOLHETINS DE JOSÉ DE ALENCAR PUBLICADOS ENTRE 1851 E 1854.<sup>1</sup>

Tito Barros Leal<sup>2</sup>

## Resumo

A partir da análise dos primeiros escritos alencarianos, trazidos à lume nas folhas da imprensa carioca entre os anos de 1851 e 1854, buscamos compreender a construção e o amadurecimento dos conceitos de *História* e de *Memória*, importantes chaves de interpretação para a literatura de José de Alencar, pois categorias fulcrais do método muito particular de (re)construção do passado nacional promovido pelo Romancista. Buscamos contribuir para o debate em torno dos jornais como espaços profícuos da construção do saber e da circulação de novidades conceituais e, além disso, queremos informar sobre a lógica específica da lida jornalística em voga no Brasil oitocentista. Por fim, tomando por base a vivência do autor, o artigo poderá contribuir para aclarar e atualizar o debate em torno das relações entre a prática historiográfica e a prática jornalística.

## Palavras-chave

Folhetins; Historiografia brasileira oitocentista; José de Alencar.

## Abstract

From the analysis of the first writings of José de Alencar, brought to light the leaves Press Brazilian court between the years 1851 and 1854, we sought to understand the construction and the maturing of the concepts of history and memory, keywords to interpret the work of José de Alencar, as they are key categories of very particular method of construction of the national past promoted by novelist. We seek to contribute to the debate on the newspaper as fruitful areas of knowledge construction and circulation of conceptual innovations and, in addition, we want to inform about the specific logic of the news read in vogue in nineteenth-century Brazil. Finally, based on the author's experience, the article may help to clarify and update the debate on relations between the historiographical practice and journalistic practice in nineteenth-century Brazil.

## Keywords

Newspaper articles; Brazilian historiography nineteenth century; José de Alencar.

## Introdução

Entre 23 de julho e 13 de agosto de 1854, a convite do *Diário do Rio de Janeiro*, José de Alencar escreveria o folhetim dominical *Álbum*<sup>3</sup>. No primeiro artigo publicado nesta série, dois breves excertos parecem transparecer tanto a visão sobre *memória* quanto o entendimento de *História*, endossados pelo autor.

Na primeira passagem, ele nos informa ser a reminiscência (memória) “uma segunda vida”; por isso, “a alma tem necessidade de rever-se nas imagens do passado;

---

<sup>1</sup> Estamos retomando o trabalho *História e Memória ao correr da pena alencariana: considerações sobre os folhetins publicados por José de Alencar entre 1851 e 1858*, apresentado no DT 1 – Jornalismo, do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 02 a 04 de julho de 2015.

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Clássica de Lisboa; Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará; Especialista em Estudos Clássicos, Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Ceará. titobarrosleal78@gmail.com.

<sup>3</sup> Textos praticamente esquecidos, esses quatro artigos que inauguraram a regularidade da pena alencariana na imprensa nacional, são recordados pelo próprio escritor em artigo publicado n’*O Globo* de 14 de outubro de 1875: “Foi o *Diário do Rio* a primeira das folhas que lembrou-se de convidar-me para seu folhetinista, em 1854, se não me engano”.

— é o seu único abrigo nos momentos de tristeza, assim como a esperança o seu unico consolo” (ALENCAR, 23/07/1854, p.1). Logo em seguida, sobre a História, lemos:

Os povos tem o seu grande livro, que é a historia; as cidades tem a sua chronica; mas a alta imparcialidade de uma, a verdade rigorosa da outra não cabem no presente. São livros escriptos para a posteridade, cujo sello só a morte deve quebrar. (Loc. cit)

Os excertos parecem sintetizar alguns importantes aspectos daquilo que viria a ser a poética historiográfica alencariana<sup>4</sup>. Assim, se o segundo trecho indica um Alencar filiado à proposta de uma *Historia maestra vitae*, defensor do rigor e do método na construção de um saber verdadeiro e honesto, o primeiro nos revela a visão poética do romancista.

Sinteticamente: a História, na perspectiva alencariana, parece fazer-se entre a poesia e a técnica, entre a arte e a ciência; é conhecer e imaginar; estudar e poetizar.

Guardemos isso.

As passagens, ao que parece, já apontam para o fato de que juntas e intimamente irmanadas, estas duas dimensões da ideia humana (a poesia e a ciência) podem contribuir para a construção da memória de uma sociedade. Convém ressaltar que, mesmo seguindo esse modelo, o escritor cearense não abre mão do rigor documental nem da imparcialidade (ou quanto disto haja) do historiador. De qualquer forma, fica um problema: como proceder para rememorar o que não está documentado?

*A alma tem necessidade de rever-se no passado* e quanto a isso não há dúvida. Agora, quando não há álbum que registre *aquilo-que-já-foi*; quando as referências que possibilitam a observação do passado simplesmente se esfumam no céu do tempo, o historiador parece ficar impotente.

Certo é que a História tem seus limites quase todos, impostos quer pelo método historiográfico, quer pelas fontes que possibilitam ao historiador “observar” o evento

---

<sup>4</sup> Sobre o conceito cf. LEAL, Tito Barros. *Iracema para além das expectativas - Ficcionalização da História em José de Alencar*. In: **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. Vol. 4, Nº 7, Jul. 2012, p.60-71 <[http://www.rbhcs.com/index\\_arquivos/Artigo.Iracema,paraalemdasexpectativas.pdf](http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Iracema,paraalemdasexpectativas.pdf)> e *Poetizando a História nacional: Ficcionalização da História e método historiográfico em José de Alencar*. 2014. 236 f. Tese (Doutoramento em História) – Departamento de História, Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa, Lisboa 2014. <[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/15497/1/ulsd069324\\_td\\_Tito\\_Medeiros.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/15497/1/ulsd069324_td_Tito_Medeiros.pdf)>

passado. Mas a questão aqui levantada parece ser de outra ordem, pois, de fato, havendo fontes é indiscutível a possibilidade do fazer historiográfico, restando saber, por outro lado, em que medida é possível uma História do esquecido, do preterido, do apagado.

Neste caso, seria possível à historiografia oitocentista do IHGB, que Manoel Luis Salgado Guimarães alcunhou de pré-historiografia brasileira, construir, por exemplo, a história dos povos indígenas quando da chegada dos portugueses? Da mesma forma perguntamos: seria possível, seguindo as teorias e os métodos historiográficos disponíveis no Brasil oitocentista, recompor a história anterior aos contatos interétnicos?

A resposta às duas questões parece ser simples, mas não é.

Olhos postos na História nacional, construída a partir de um problema basilar para a historiografia oitocentista, dado que o Brasil era ainda uma nação de passado muito recente, Alencar parece resolver o problema valendo-se de uma lógica muito particular para reviver o passado: ele abriria espaço para a *inventividade* como método de recomposição *daquilo-que-pode-ter-sido*.

Assim, ao afastar-se da busca *daquilo-que-realmente-foi* José de Alencar lançava-se sobre horizontes de perspectiva, válidos ainda hoje e plenamente aplicáveis na construção da narrativa histórica. Contudo, uma questão deve ficar clara: com concepções filosóficas radicadas no seu *locus* histórico, dificilmente nosso autor aceitaria uma história desprovida de método.

Diante disso e correndo risco de cometermos anacronismo, fica clara a impossibilidade de simplesmente transpormos o debate atual sobre a verdade na história os tempos de Alencar. Contudo, a nosso ver, isto não nos impossibilita de refletir sobre a obra do romancista como paradigma próprio, estranho ao modelo historiográfico adotado no Brasil de seu tempo e, por isso (e algo mais), silenciado por seus pares intelectuais.

De qualquer modo, valendo-se da pesquisa histórica própria de sua época e antecipando de alguma maneira a propositura teórica de uma História como *romance real*, José de Alencar parece mesmo construir um *algo novo* em sua literatura, útil para a historiografia atual<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Trabalhando a questão em suas dimensões teórico-metodológicas, tanto n'O Guarani, quanto nas suas lendas tupis, o autor encarou o problema cujas primeiras notas mais organizadas viriam escritas nas Cartas sobre a Confederação dos tamoios.

Para o romancista, a rusga entre “realidade do passado” e “irrealidade da ficção” (RICEUR, 1997, p. 241) teria que ser superada, pois só assim a História do Brasil poderia ser verdadeiramente construída. Afinal, como o próprio autor (transmutado em narrador) escreveria n’*A Viuvinha*, “eu não escrevo um romance, conto-lhe uma historia. *A verdade dispensa a verosimilhança*” (ALENCAR, 1860, p.57 – grifo nosso).

Mas chega de divagações teóricas; voltemos à imprensa da Corte.

### **José de Alencar e sua revista semanal sobre a Corte carioca.**

Saído do Diário do Rio de Janeiro para assumir cargo na redação do *Correio Mercantil*, entre 3 de setembro de 1854 e 8 de julho de 1855, José de Alencar iniciaria a publicação da primeira parte das crônicas reunidas no volume *Ao correr da pena*, série semanal sobre o cotidiano da Corte. Desentendimentos com a direção da folha diária, contudo, fizeram com que o autor se afastasse do jornalismo por breves três meses.

Já no início de outubro de 1855, o escritor retornava ao *Diário do Rio de Janeiro*, onde permaneceria até julho de 1858, assumindo, inclusive, o posto de redator-chefe do noticiário. Ali retomaria a escrita de suas crônicas semanais, publicando nova leva entre 7 de outubro e 25 de novembro daquele ano.

*Ao correr da pena* — e antes, *Álbum* — marca importante etapa no processo de conformação estética do nosso autor. Muito embora, como bem lembra João Roberto Faria, fosse comum aos escritores da época de Alencar exercitar suas penas nas folhas de notícias antes da publicação de suas obras, o caso de Alencar, parece-nos, apresentar certa particularidade.

Discutindo com minúcias o cotidiano da Corte em seus folhetins, o autor versava “sobre os mais variados assuntos, como política, economia, administração e jurisprudência” (FARIA, 2004, p.XIII). Daí a experiência como folhetinista ser de fundamental importância para a conformação do perfil intelectual de José de Alencar. Aliás, a revista hebdomadária na qual praticava, põe à mostra uma importante faceta alencariana: a do “antropólogo urbano”.

Ademais, sobre a “prática investigativa” de José de Alencar para escrever seus folhetins, Brito Broca comenta:

condição essencial para ser um bom folhetinista na época era frequentar os salões, os teatros e as galerias da Câmara e do Senado. Os folhetins giravam frequentemente em torno de três assuntos que polarizavam o interesse e as atenções da sociedade brasileira do Segundo Reinado: o mundanismo (bailes, festas, recepções), a vida teatral (principalmente os espetáculos líricos) e a política (a eterna torcida provocada pelo revezamento dos partidos e a queda dos ministérios). (BRITO, 1960, p.632)

E assim, muito embora misantropo confesso, Alencar fez-se frequentador de bailes e de salões, investindo num processo de *observação participativa* sobre o qual ele próprio escreveria: “se de repente vos tomar a maldita mania de ser escriptor publico, e quiserdes fazer um bello artigo, deixae toda esta mágica de penna e tinta, e vinde comigo uma dessas noites ao theatro lyrico fluminense.” (ALENCAR, 30/07/1854, p.1).

Tal característica se entranharia na escrita de Alencar, desenvolvendo-se na sua dramaturgia, nos seus perfis de mulher e nos seus romances urbanos. Aliada à acuidade da observação do cotidiano estava a finura da ironia do autor, por vezes graciosa, por vezes velada, outras mais hermética e quase sempre ácida. Criticar a sociedade brasileira, teimosa em querer hábitos e notícias d’além mar, viria a ser uma das principais características desses primeiros escritos alencarianos.

Prova do reconhecimento literário desses folhetins foi a edição organizada por José Maria Vaz Pinto Coelho que, com o aval de Alencar, reuniu todas as crônicas em um volume impresso saído das máquinas da Typografia Allemã, no ano de 1874<sup>6</sup>.

Mesmo Joaquim Nabuco, em meio à longa e acalorada polêmica travada com o autor d’*O Jesuíta*, anotaria, nas páginas d’*O Globo* de 10 de outubro de 1875, serem os folhetins, para José de Alencar, “o ponto de partida de sua vida como homem de letras; são eles que tornam o seu nome conhecido (...); são manifestação do seu talento”. Além disso, Nabuco afirmaria ainda que “nenhum estudo sobre o Sr. José de Alencar seria completo se essa época tão importante de sua vida fosse deixada de parte”<sup>7</sup>.

Fiado nesta certeza, optamos por trazer para o debate, algumas passagens colhidas ao correr dos olhos sobre o *corpus* dos folhetins. Ademais, convém registrar

---

<sup>6</sup> José Maria Vaz Pinto Coelho incluiu nesta edição uma coletânea de notas da crítica literária brasileira e portuguesa, publicadas em diferentes periódicos da época.

<sup>7</sup> A polêmica envolvendo as posições de José de Alencar e Joaquim Nabuco pode ser lida na íntegra em *Duelos no serpentário — Uma antologia da polêmica intelectual no Brasil (1850 - 1950)* (Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005), volume caprichosamente organizado por Alexei Bueno e George Ermakoff. As passagens citadas estão à p. 175 da referida obra.

desde logo: nos trinta e sete artigos do conjunto de folhetins, o termo *História* vem grafado 34 vezes. Isto, *per si*, já diz algo. Por tudo isso, *Ao correr da pena* pode nos ajudar a revelar a concepção de História presente na escrita do nosso autor.

### **História e Memória na imprensa alencariana**

Em 15 de outubro de 1854, um domingo, *O Correio Mercantil* apresentava folhetim especialmente interessante para nosso estudo. Refletindo em torno do problema próprio à Filosofia da História, o folhetinista escrevia: “Encontram-se às vezes na historia da humanidade certas coincidências tão notáveis, que parecem revelar uma lei fatal e mysteriosa, um élo invisível que através dos annos e dos séculos prende entre si os grandes acontecimentos” (ALENCAR, 1874, p.35).

Essa passagem nos leva a refletir sobre um Alencar hegeliano. Consideremos, pois a questão. A conduta hegeliana assumida por José de Alencar, ao que nos parece, vincula-se fundamentalmente ao fato de o autor compreender a arte como um importante elemento organizador da sociedade.

Noutra perspectiva, porém, a lógica historiográfica alencariana não poderia se ligar à História tal como Hegel a entendia, simplesmente porque para este, a proposta de uma circularidade histórica e, mesmo a noção da *Historia magistra vitae*, adotada por José de Alencar como uma espécie de *métron* coletivo, enquadrar-se-iam naquilo que o idealista alemão chama de *história refletida pragmática*.

Ora, para Hegel (2001)<sup>8</sup> cada momento histórico é único *per si*. Para ele não há possibilidade de soluções *históricas* e atemporais que resolvam ou solucionem problemas historicamente comparáveis. Assim, nas palavras do próprio filósofo: “o que a experiência e a história ensinam é que os povos e governos até agora jamais aprenderam a partir da história, muito menos agiram segundo suas lições”.

Homem do século XIX, imerso no processo da radicalização do Brasil enquanto nação, romântico e, por isso mesmo, patriota e nostálgico, José de Alencar parece quebrar o paradigma hegeliano expresso na ideia de que o Romantismo não constrói

---

<sup>8</sup> A obra em questão é póstuma, veio à luz em 1837, e não foi nem definitiva, nem integralmente escrita pelo filósofo. O texto mescla manuscritos originais de Hegel com apontamentos de aula tomados por alunos do filósofo, no decurso dos anos de 1822 e 1831. Mais pormenores podem ser observados na introdução de José Gaos à edição espanhola de 1989, da madrilena Alianza Editorial.

nenhuma novidade, posto que esta estética estivesse assente apenas no delírio inebriante do passado, mero simulacro do real experimentável e vivencial.

Assim, a obra de José de Alencar aponta para uma perspectiva subjetivista da História. E mais: nos seus escritos, desde *Iracema* (1865), especialmente em *Ubirajara* (1874), o autor se lançaria numa reconstrução histórica ético-ontológica dos povos autóctones do Brasil<sup>9</sup>.

### **José de Alencar e algumas considerações sobre a História e a Memória nacionais.**

Fazendo a revista da semana no artigo publicado em 15 de outubro de 1854, José de Alencar trazia a público suas reflexões quanto aos “destinos do dia 12 de Outubro, que marca época nos annaes do mundo, da America e do Brazil” (ALENCAR, loc.cit.). Ele estava intrigado com um desses acasos comuns ao devir histórico que motivaram muitos pensadores a refletir sobre a casualidade dos eventos, a espontaneidade das datas e, até mesmo a existência de gênio ou espírito norteador da história. No caso, o problema era o seguinte:

Quando se desdobra esta grande pagina do calendário, e se volve os olhos para o passado, vê-se surgir entre as sombras das gerações que morreram dous grandes vultos de heróes, que, separados por mais de três séculos, parecem estender-se a mão por sobre o espaço, como para consolidar a sua obra. (Loc. cit.)

Os heróis em questão eram Cristóvão Colombo e D. Pedro I. Aquele “descobriu” a América em 12 de outubro de 1492; este oficializou, em 12 de outubro de 1822, a Independência do Brasil. O mais importante, contudo, parece-nos ser a afirmação do folhetinista: “Dous nomes que por si só valem uma historia” (Loc. cit.). Embora direta e simplória a frase leva-nos a retomar um problema central para este estudo, ou seja, qual o sentido de História para José de Alencar?

---

<sup>9</sup> Convém comparar a reflexão aqui desenvolvida com as proposituras feitas por César Sabino no seu *O guerreiro solitário: antropologias precursoras em José de Alencar* (In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 41, Rio de Janeiro: 2009) em torno da ideia de um “José de Alencar antropólogo”.

No parágrafo subsequente, o próprio Alencar nos dá pistas para responder a essa pergunta. Nele, o autor lamentava o fato de a memória desses dois heróis não ser valorizada, pois “a America e o Brazil deixaram-n’os escriptos apenas nos livros, como uma simples recordação; e tomando um nome de empréstimo, nem ao menos copiaram no mármore ou no bronze aquella pagina de tantas glorias” (Loc. cit.).

Mais que uma simples revista semanal, o artigo deslindava um problema relativo à memória da nação abrindo espaço para refletir sobre um tema que (ao menos do seu ponto de vista) parecia ser muito caro à História do Brasil e para o qual os doutos senhores da historiografia nacional pareciam não dar a devida atenção.

Neste sentido, o folhetinista transcende sua função de cronista semanal e se coloca mesmo como pensador da História, apresentando posição sobre o futuro da memória histórica nacional<sup>10</sup>. Noutras palavras, a crítica alencariana grafada nas páginas do jornal questionava o modelo de construção da memória praticada pela historiografia sua contemporânea.

Destarte, podemos crer que Alencar relacionava a História com o par ordenado *memória* e *monumento*, os quais emergiam abraçados da reclamação motivadora do folhetim.

Outro ponto que não pode passar despercebido é o valor conferido por Alencar à figura de D. Pedro I, silenciada na historiografia brasileira, mas que, como sabemos<sup>11</sup>, mereceu por parte do romancista alguns esboços e umas tantas anotações, que versavam sobre a biografia imperial, a política do Primeiro Reinado e até mesmo o processo de Independência.

Ao que parece, neste caso Alencar está mesmo a ironizar diretamente a revista do Instituto, ao afirmar que “o presente, temendo ser offuscado por tão grandes feitos do passado, como que receia transmitti-los ás gerações futuras” (Idem, p.36). Tal crítica

---

<sup>10</sup> O problema levantado no texto de José de Alencar, ao que parece, foi largamente debatido pela imprensa da Corte. O próprio José Maria Vaz Pinto Coelho, na nota nº 1, fixada à página 36 de ACP, disse ter reunido “em trabalho que mais tarde tirar[ia] a publico, tudo quanto se disse em prosa e verso por meio da imprensa acerca da estatua a D. Pedro e da projectada a Colombo”. Este trabalho, contudo, por muito que o tenhamos procurado, não foi achado. De fato, supomos que a empreitada nunca tenha sido levada a cabo, pelo que somente seria possível levantar outras leituras concernentes a esse problema a partir de uma investigação paralela que, por motivos práticos ficará para outra oportunidade.

<sup>11</sup> Em nossa pesquisa de doutoramento encontramos alguns sinais do interesse de José de Alencar pela figura do Primeiro Imperador do Brasil. Chama atenção, dentre outros textos, as provas tipográficas nunca publicadas de uma biografia fragmentar sobre D. Pedro I. O referido documento, composto por 10 folhas, está sob a guarda da DAH/MHN, especificamente no Caderno 5, JEpi05 da Coleção José Martiniano de Alencar. Para maior aprofundamento no tema, cf. nossa tese de doutoramento referida na nota 4.

ganha ainda mais sentido quando observamos que, já decorridos 15 anos da RIHGB, nenhum artigo sobre D. Pedro I ou sobre o processo de Independência havia sido publicado nas suas páginas. De fato, somente em 1859 um texto atinente à Independência do Brasil seria incluído na RIHGB, muito embora este não passasse de uma coletânea documental estéril de qualquer crítica ao evento em si<sup>12</sup>.

Este não foi o único folhetim em que José de Alencar lançou mão de reflexões tendo por objeto a História e a Filosofia da História. Sete semanas mais tarde, no dia 3 de dezembro de 1854, um dia após as comemorações nacionais pelo 29º aniversário de D. Pedro II, Alencar escreveria artigo cujo tema central seria exatamente os festejos e homenagens dispensados ao Imperador.

Assim iniciava o folhetim:

Um dos mais bellos traços, que apresenta a historia da humanidade, é o culto respeitoso que votam os grandes povos aos grandes dias de sua pátria. A influencia mysteriosa que exerce o passado sobre o futuro tem o que quer que seja de grande e de sublime.(Idem, p.39).

Estes novos indícios respeitantes à perspectiva de História alencariana orientam nossa hipótese para uma ciência de Clio a serviço do futuro, ensinando a sociedade com exemplos do passado. Contudo, um elemento novo surge: o culto ao passado. Para José de Alencar:

Ha um sentimento nobre nessa força irresistível que de anno a anno, de século a século, n'um momento determinado, obriga as gerações que se vão succedendo a irem por sua vez depozitar no livro dos faslos(?) nacionaes o testemunho de uma justa veneração pelas suas antigas tradições, renovando com o exemplo, a fé e a crença nas instituições do paiz. (Loc. cit).

---

<sup>12</sup> O texto em questão é *Correspondência relativa aos sucessos dados em Portugal e no Brasil: 1822-1823*. (Cf. *RIHGB*. Tomo 22, Rio de Janeiro: 1859, p. 413-439). Convém anotar ainda: somente na década de 1870 o tema voltaria às páginas da RIHGB. Neste período, mais precisamente entre 1873 e 1878, Manuel Duarte Moreira de Azevedo, sócio-efetivo do IHGB, publicou na revista oito artigos, dos quais dois dizem respeito ao ano de 1831, ano da abdicação de D. Pedro I, enquanto os demais focalizam as consequências do evento histórico nos dois anos posteriores, 1832 e 1833.

Metaforicamente o autor comparava as datas históricas com marcos dispostos numa estrada que indicam para o peregrino o momento do descanso. Assim também as datas nacionais seriam pausas reflexivas para a sociedade pensar sobre as ações dos grandes nomes.

Seguindo a direção de uma Filosofia da História positiva, Alencar equipararia *nação e indivíduo*. Nas palavras do próprio Alencar:

Como o indivíduo, a nação passa por todas as vicissitudes da existência, vai da infância à velhice, do mal ao bem, sofre todas as alternativas da fortuna. Como o homem tem o germen de todos esses nobres sentimentos que vivem no coração, fortifica-os pela união, engrandece-os pelo entusiasmo e os transmite pela tradição. (Idem, p.90).

Daí em diante, o autor dedica-se a escrever um breve excuro sobre a formação do Império de D. Pedro II, avivando o Golpe da Maioridade de 1840, e seguindo até os dias em que escreve o folhetim.

Ao que parece, a expectativa de uma “história mestra” entranha-se na conjectura historiográfica alencariana. Um mês antes, no folhetim de 3 de novembro de 1854, cujo mote eram as máquinas de coser, o autor escreveu: “a historia, essa grande mestra de verdades, nos apresenta inúmeros exemplos do grande apreço que sempre mereceu dos povos da antiguidade, não só a arte de coser, como as outras que lhe são accessorias” (idem, p. 56).

Interessa perceber que, do ponto de vista do folhetinista, a História parecia ensinar tudo, desde os valores mais elevados de uma sociedade, como o culto à nação, até as questões mais triviais da atividade humana, como o valor da costura.

No vigésimo primeiro dia de 1855, outro folhetim de José de Alencar, também muito significativo, foi publicado. Neste, o autor sintetizava a História do Rio de Janeiro atentando para o valor da imaginação como meio para refletir sobre o tempo (tanto o futuro, quanto o passado):

Se ha cousa que dê azas ao pensamento, que solte o vôo á fantasia, é uma dessas mudas contemplações pelo silencio da noite, quando n'um momento de tédio o espirito se revolta contra as misérias do presente, e procura além

no futuro, ou nos tempos que passaram um novo elemento de força e de actividade. (Idem, p. 147).

Sua escrita, portanto, estava radicada na perspectiva da volta ao passado, pois para Alencar:

A imaginação se lança no espaço, percorre mundos desconhecidos, atravessa o tempo e a distancia, e vai muitas vezes acordar os ecos do passado, revolver as cinzas das gerações extintas, ou contemplar as ruínas de uma cidade opulenta, de um vasto império abatido. (Loc. cit.).

E mais:

A historia se desenha então como um grande monumento. Ao volver-lhe as paginas, volem-se os séculos. Os annos correm por minutos. As raças, que desapareceram da face da terra, se levantam do pó, e passam como sombras fugitivas. Cada folha do grande livro, é o berço de um povo, ou o túmulo de uma religião,—um episódio na vida da humanidade. (Loc. cit.).

Diante disto, o texto reforça a filiação do autor a uma Filosofia da História muito claramente centrada na ideia de *coincidência temporal*, ou seja, para Alencar não há acaso, mas parece existir, isso sim, algum processo histórico definido que organiza a sociedade. Aliás, a propósito do tema o próprio autor escreveu:

O tempo, por uma coincidência notável, parece ter confiado ao mez de Janeiro os maiores acontecimentos, os destinos mesmos desta grande cidade que delle recebeu o seu nome,— que com elle surgiu do seio dos mares aos olhos dos navegantes portuguezes,—e nelle recebeu o primeiro influxo da civilização e ergueu-se das entranhas da terra para um dia talvez vir a ser a rainha da America. (Idem, p. 148).

Seguindo essa linha de raciocínio e tecendo o preâmbulo de sua sintética (mas instigante) “história do Rio de Janeiro”, Alencar anotava:

E todas essas recordações se traçavam no meu espirito vivas e brilhantes. *As sombras se animavam, os mortos se erguiam, o passado renascia.*

Aquella massa negra da cidade que se destacava no meio da escuridão da noite, levantava-se aos meus olhos como um pedestal gigantesco, onde *de momento a momento vinha collocar-se uma grande figura da nossa historia*, que se desenhava no fundo luminoso de um quadro fantástico.

Era uma visão como o sonho de Byron, como a scena da gruta no Mackbeth de Shakspeare.

Vi ao longe os mares que se alisavam, as montanhas que se erguiam, as florestas virgens que se balouçavam ao sopro da aragem, sob um céu límpido e sereno.

Tudo estava deserto. A obra de Deus não tinha ainda sido tocada pela mão dos homens. Apenas a piroga do indio cortava as ondas, e a cabana selvagem suspendia-se na escarpa da montanha.

A bella virgem do Guanabara dormia ainda no seio desta natureza rica e magestosa, como uma fada encantada por algum condão das lendas de nossos paes. (Idem, p. 148-149).

O excerto não deixa dúvidas quanto aos procedimentos de recorte e escolha estabelecidos por Alencar. O autor narra eventos julgados como fundamentais na História da cidade do Rio de Janeiro: enfoca as primeiras navegações na costa da cidade, iniciadas na década de trinta do século XVI; descreve as figuras de Martim Afonso e do conde de Bobadella; narra a cena do ataque à fortaleza de Villegagnon e a bravura de Estácio de Sá; apresenta D. Pedro I e todas as benfeitorias que este deixou para o Rio de Janeiro.

Porém, toda sua História do Rio de Janeiro, deveria ser entendida como “uma pagina perdida (...), folha arrancada a um livro desconhecido, que talvez daqui a algum tempo vos passará pelos olhos, se não tiver o destino de tantos outros, que antes de nascidos, vão morrer entre as chammas” (Idem, p.150)<sup>13</sup>.

Mas o mais importante é esta crônica que segue agora: “a historia do Rio de Janeiro tem algumas paginas (...) tão bellas, tão poéticas, que as vezes dá tentações de arranca-las das velhas chronicas, onde jazem esquecidas, para orna-las com algumas flores deste tempo” (Idem, p. 150-151).

---

<sup>13</sup> Como acima afirmamos, José de Alencar dedicou alguns manuscritos à História da Independência do Brasil e mesmo à memória de D. Pedro I. Da mesma forma encontramos na coleção guardada no DAH/MHN os esboços de uma História do Rio de Janeiro, também inconclusa e cheia de lacunas, mas que nos ajuda a compreender a perspectiva historiográfica do autor.

Aqui, de forma clara e inequívoca, a proposta da consubstanciação entre História e Literatura vem à tona na escrita alencariana e seu suporte é este papel preñado de possibilidades: o jornal.

## Referências

- Fontes

ALENCAR, José de. 1º Reinado (Manuscrito fragmentário). DAH/MHN: Caderno 5, JEpi05 [1f].

\_\_\_\_\_. A Viuvinha / Cinco Minutos. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860.

\_\_\_\_\_. Album. In: DRJ. Ano XXXIII, N. 200, 23 de julho de 1854

\_\_\_\_\_. Album. In: DRJ. Ano XXXIII, N. 207, 30 de julho de 1854.

\_\_\_\_\_. Ao correr da pena. Rio de Janeiro: Typ. Allemã, 1874.

- Referencial teórico

BRITO, Broca. José de Alencar — Folhetinista. In: ALENCAR, José de. Obra completa Vol. 4. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar LTDA.

BUENO Alexei; ERMAKOFF, George (orgs.). Duelos no serpentário — Uma antologia da polêmica intelectual no Brasil (1850 - 1950). Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005.

FARIA, João Roberto. Introdução: O Rio de Janeiro em 1854 e 1855. In: ALENCAR, José de. Ao correr da pena. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HEGEL, G. W. F. A razão na História — Uma introdução geral à filosofia da História. São Paulo: Centauro, 2001

LEAL, Tito Barros. Iracema para além das expectativas - Ficcionalização da História em José de Alencar. In: Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. Vol. 4, Nº 7, Jul. 2012, p.60-71.

<[http://www.rbhcs.com/index\\_arquivos/Artigo.Iracema,paraalemdasexpectativas.pdf](http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Iracema,paraalemdasexpectativas.pdf)>

\_\_\_\_\_. Poetizando a História nacional: Ficcionalização da História e método historiográfico em José de Alencar. 2014. 236 f. Tese (Doutoramento em História) – Departamento de História, Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa, Lisboa 2014. <[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/15497/1/ulsd069324\\_td\\_Tito\\_Medeiros.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/15497/1/ulsd069324_td_Tito_Medeiros.pdf)>

RICŒUR, Paul. Tempo e narrativa. Campinas: Papyrus, 1997.

SABINO, César. O guerreiro solitário: antropologias precursoras em José de Alencar. In: Anais do Museu Histórico Nacional, v. 41, Rio de Janeiro: 2009.

VEYNE, Paul. Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história. Brasília: UNB, 1998.